



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação e manutenção de sistema integrado de rastreamento, monitoramento, telemetria e gestão da frota municipal, em regime de comodato, com o objetivo de aprimorar o controle, a segurança, a eficiência operacional e a transparência na utilização dos veículos oficiais do Município de São Pedro das Missões/RS.

2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Critério de julgamento: pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

a) O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.

b) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

c) Os itens que compõem esta contratação direta têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Dispensa, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a ser adquiridos:

Item	Descrição	Ref.	Qtde.	Valor
1	Rastreamento com vídeo telemetria (kit com 2 câmeras)	Módulo/veículo	08	-R\$285,00 mensal por veículo. - Quantidade: 08 Veículos - Total Mensal: R\$ 2.280,00 - Total Anual: R\$ 27.360,00
2	Rastreamento com identificação de condutor (QR Code / ID)	Módulo/veículo	14	- R\$54,90 mensal por veículo. - Quantidade: 14 Veículos - Total Mensal: R\$ 768,60 - Total Anual: R\$9.223,20
3	Rastreamento padrão	Módulo/veículo	15	- R\$54,90 mensal por veículo. - Quantidade: 15 Veículos - Total Mensal: R\$ 823,50 - Total Anual: R\$ 9.882,00.
4	Instalação do Sistema de Rastreamento com	Srv.	01	R\$ 3.850,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

Identificação de Condutor (QR Code / ID)			
Valor mensal da contratação: R\$ 3.872,10			
Valor total da contratação: R\$ 50.315,20			

Observação: Os equipamentos serão fornecidos em comodato, estando o valor estimado restrito à prestação do serviço de rastreamento, gestão e logística veicular, bem como às instalações iniciais necessárias.

e) O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1. FUNDAMENTAÇÃO: A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

4.2. JUSTIFICATIVA: A contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de rastreamento, monitoramento, telemetria e gestão da frota municipal justifica-se pela necessidade de modernizar e tornar mais eficiente o controle e a administração dos veículos oficiais, promovendo maior segurança, economicidade e transparência na utilização dos bens públicos. A implementação de sistema completo permitirá o monitoramento em tempo real dos veículos, bem como o armazenamento e consulta do histórico de trajetos, possibilitando melhor acompanhamento das rotas realizadas, otimização do uso da frota e aprimoramento do planejamento das atividades administrativas. O uso de equipamentos com comunicação 4G, homologados pela ANATEL, com bateria de backup e capacidade de armazenamento de dados em locais sem sinal, garantirá maior confiabilidade e continuidade no registro das informações. A adoção de sistema de identificação de condutores permitirá maior controle sobre a utilização dos veículos, vinculando os deslocamentos aos respectivos responsáveis, o que contribui para a organização administrativa e a responsabilização quanto ao uso adequado da frota. Ainda, a disponibilização de vídeo telemetria em veículos definidos pela Administração possibilitará maior segurança, permitindo o registro de eventos relacionados à condução e auxiliando na prevenção de acidentes e no acompanhamento das atividades desempenhadas. O sistema de telemetria possibilitará o monitoramento de indicadores como frenagens, acelerações e curvas bruscas, tempo de parada e deslocamento, fornecendo dados relevantes para avaliação do desempenho dos veículos e dos condutores, contribuindo para a redução de custos operacionais, especialmente relacionados ao consumo de combustível e manutenção. Além disso, a disponibilização de plataforma acessível via web e aplicativo, com emissão de relatórios personalizados, envio de alertas, controle de manutenção preventiva, controle de despesas, roteirização, checklist veicular e painel gerencial com gráficos, permitirá maior organização e eficiência na gestão da frota municipal, favorecendo a tomada de decisões estratégicas. Por fim, a inclusão dos serviços de instalação dos equipamentos, treinamento dos servidores, suporte técnico e atualizações do sistema assegura o pleno funcionamento da solução contratada, garantindo a adequada utilização das ferramentas disponibilizadas e a continuidade dos serviços, refletindo na melhoria dos serviços públicos prestados à população.

Site: www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br – Fone: 55.99199.9431

E-mail: pmsaopedro@hotmail.com.br - CNPI: 04.229.729/0001-95

Rua 13 de maio - S/N - Centro - CEP-98323-000 - São Pedro das Missões - RS





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

5. PREVISÃO NO PCA: O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de São Pedro das Missões/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela personalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Niebuhr (2015, p. 123):



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou**
- b) por inexigibilidade de licitação.**

Especificamente, para o caso em tela, o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025, para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa **DANIEL & MORRETTO RASTREAMENTO VEICULAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 34.664.950/0001-32, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação e manutenção de sistema integrado de rastreamento, monitoramento, telemetria e gestão da frota municipal, abrangendo o fornecimento dos equipamentos, softwares, serviços técnicos e suporte necessário ao pleno funcionamento da ferramenta. A solução deverá contemplar a instalação de dispositivos de rastreamento nos veículos indicados pela Administração, permitindo o monitoramento em tempo real da localização, bem como o armazenamento do histórico de trajetos, garantindo o registro e a análise das rotas realizadas. Os equipamentos deverão possuir comunicação por rede móvel, homologação pelos órgãos competentes, bateria interna de backup e memória para armazenamento de dados em locais



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

sem cobertura de sinal. Deverá incluir sistema de identificação de condutores, possibilitando o vínculo entre motorista e veículo, bem como solução de vídeo telemetria para os veículos definidos pela Administração, com fornecimento e instalação de câmeras e armazenamento das imagens e eventos de condução. A solução também deverá contemplar sistema de telemetria capaz de registrar e disponibilizar dados operacionais dos veículos, incluindo informações relacionadas ao comportamento de condução, tempo de deslocamento, tempo de parada e demais indicadores que auxiliem na avaliação do desempenho da frota. O sistema deverá ser disponibilizado por meio de plataforma digital acessível via ambiente web e aplicativo, permitindo o acompanhamento das informações em tempo real, emissão de relatórios personalizados, geração de alertas, controle de manutenção preventiva, controle de despesas da frota, roteirização, checklist veicular e painel gerencial com indicadores e gráficos. A empresa contratada deverá ser responsável pela instalação e ativação dos equipamentos, treinamento dos servidores designados para utilização do sistema, fornecimento de suporte técnico contínuo e realização de atualizações necessárias, garantindo a operacionalidade, segurança e disponibilidade da solução durante toda a vigência contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Autorizar a execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- c) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- d) Efetuar o pagamento devido.

8.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, no Documento de Formalização da Demanda – DFD, no Estudo Técnico Preliminar – ETP, quando houver, e na proposta apresentada, assegurando a adequada qualidade técnica, a eficácia dos procedimentos e a correta execução dos serviços contratados;
- b) Manter, durante toda a vigência da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, inclusive aquelas relativas às autorizações, registros e licenças junto aos órgãos competentes;
- c) Responsabilizar-se integralmente por eventuais falhas, defeitos, vícios, omissões ou irregularidades na execução dos serviços que resultem em prejuízos à Administração ou a terceiros, respondendo civil, administrativa e, quando cabível, tecnicamente, nos termos da legislação vigente;
- d) Fornecer todos os equipamentos necessários ao funcionamento do sistema, devidamente homologados pelos órgãos competentes, garantindo sua qualidade, funcionalidade e segurança.
- e) Realizar a instalação, configuração e ativação dos equipamentos nos veículos indicados pela Administração, sem causar danos à estrutura ou ao funcionamento dos mesmos.
- f) Garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações coletadas e armazenadas pelo sistema, observando a legislação vigente.
- g) Disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual, atendendo às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

- h) Realizar atualizações, manutenções e melhorias no sistema sempre que necessárias, sem prejuízo à continuidade dos serviços.
- i) Responsabilizar-se por todos os custos relacionados ao fornecimento, instalação, manutenção, substituição de equipamentos defeituosos, suporte técnico e demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução.
- j) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, ambiental, logística e operacional, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre os empregados ou prepostos da contratada e o Município;
- k) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e, se for o caso, rescisão contratual;
- l) Cumprir fielmente as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) A execução dos serviços deverá ocorrer mediante o fornecimento, instalação, configuração e disponibilização de sistema completo de rastreamento, monitoramento, telemetria e gestão da frota municipal, conforme as necessidades da Administração e as especificações técnicas estabelecidas.
- b) A empresa contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos necessários ao funcionamento do sistema, incluindo dispositivos de rastreamento com comunicação 4G, homologados pela ANATEL, com bateria interna de backup e memória para armazenamento de dados em locais sem cobertura de sinal. Os equipamentos deverão ser instalados nos veículos indicados pela Administração, sem causar danos à estrutura ou ao funcionamento dos mesmos.
- c) Deverá ser disponibilizado sistema de identificação de condutores, por meio de QR Code, ID ou tecnologia equivalente, permitindo o registro e vinculação do motorista ao respectivo veículo. Nos veículos definidos pela Administração, deverá ser implantado sistema de vídeo telemetria, com fornecimento e instalação de kit contendo, no mínimo, duas câmeras, sendo uma frontal e uma interna, com armazenamento das imagens e registro de eventos de condução.
- d) O sistema deverá permitir o monitoramento e registro de dados de telemetria, incluindo, no mínimo, informações sobre frenagens bruscas, acelerações bruscas, curvas bruscas, tempo parado e tempo em deslocamento, possibilitando o acompanhamento do desempenho operacional da frota.
- e) A contratada deverá disponibilizar plataforma de gestão acessível via ambiente web e aplicativo, contendo funcionalidades como emissão de relatórios personalizados, envio de alertas por sistema, e-mail ou aplicativo, módulo de manutenção preventiva, controle de despesas da frota, roteirização, checklist veicular e painel gerencial com indicadores e gráficos.
- f) Compete à contratada realizar a instalação e ativação dos equipamentos, bem como fornecer treinamento aos servidores designados pela Administração para utilização adequada do sistema. Também deverá disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual, além de realizar atualizações necessárias ao pleno funcionamento da solução.
- g) Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, garantindo a disponibilidade, integridade e segurança das informações geradas pelo sistema, observando os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual e nas solicitações da Administração Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

10. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO:

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11. FISCALIZAÇÃO:

- a) Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designado servidores por ato próprio, competindo-lhes, no âmbito de suas atribuições, acompanhar, gerir e fiscalizar a execução contratual;
- b) Ao Gestor do Contrato compete a coordenação da execução contratual, o acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, a adoção de providências administrativas necessárias à boa execução do contrato e a interlocução com a Contratada e com os setores competentes da Administração;
- c) Ao Fiscal do Contrato compete o acompanhamento direto da execução dos serviços, a verificação da conformidade com o Termo de Referência e com as cláusulas contratuais, o controle da qualidade, dos prazos e dos resultados, bem como a comunicação ao Gestor do Contrato acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas;
- d) A atuação do Gestor e do Fiscal do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas, imperfeições técnicas ou vícios na execução do objeto, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, nos termos dos arts. 117, §3º, 120 e 122 da Lei nº 14.133/2021;
- e) O Gestor e o Fiscal do Contrato manterão registros próprios e atualizados das ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias à regularização de falhas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, quando cabível.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva prestação dos serviços, atesto de recebimento e aprovação pela fiscalização da Secretaria Requisitante.
- b) Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento sustado até que a contratada



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

c) A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São Pedro das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

d) Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

e) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

f) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

13.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

13.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

13.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços com características e quantidades semelhantes com o objeto desta contratação.

Site: www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br – Fone: 55.99199.9431

E-mail: pmsaopedro@hotmail.com.br - CNPJ: 04.229.729/0001-95

Rua 13 de maio - S/N - Centro - CEP-98323-000 - São Pedro das Missões - RS





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

14.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata/contrato tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, a pedido do interessado, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.2 Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

15.1. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS: A Contratada será responsabilizada administrativamente quando, no âmbito da licitação ou da execução contratual:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato, inclusive quando resultar em prejuízo relevante à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Retardar injustificadamente a execução dos serviços ou descumprir prazos, obrigações contratuais ou especificações técnicas;
- c) Deixar de manter a proposta ou de celebrar o contrato, bem como de apresentar a documentação exigida, quando regularmente convocada, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;
- d) Apresentar documentação ou declaração falsa, ou prestar informações inverídicas durante a licitação ou a execução do contrato;
- e) Fraudar a licitação ou a execução contratual, praticar atos ilícitos, agir em conluio, comportar-se de modo inidôneo ou induzir deliberadamente a Administração a erro;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- g) Recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou instrumento equivalente, quando exigível, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

15.2. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pelas infrações previstas no item 11.1, poderão ser aplicadas à Contratada, observada a gradação e o devido processo legal, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa, no percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

Site: www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br – Fone: 55.99199.9431

E-mail: pmsaopedro@hotmail.com.br - CNPJ: 04.229.729/0001-95

Rua 13 de maio - S/N - Centro - CEP-98323-000 - São Pedro das Missões - RS





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do órgão ou entidade contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS SANÇÕES

- a) As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- b) A aplicação de multa de mora não impede sua conversão em multa compensatória, nem obsta a rescisão unilateral do contrato, com aplicação cumulada de outras sanções cabíveis.
- c) Caso o valor da multa e das indenizações supere eventual crédito da Contratada, a diferença poderá ser descontada da garantia, se houver, ou cobrada judicialmente.
- d) A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- e) Para aplicação da sanção de multa será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.
- f) As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerão da instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- g) Admitida a produção de provas, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo indeferidas, de forma fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- h) Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica quando utilizada com abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores ou sócios com poderes de gestão, observados o contraditório, a ampla defesa e a prévia análise jurídica.

15.4. REABILITAÇÃO: É admitida a reabilitação da Contratada, perante a autoridade que aplicou a sanção, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa aplicada;
- c) Decurso do prazo mínimo legal da penalidade aplicada;
- d) Cumprimento das condições estabelecidas no ato sancionador;
- e) Análise jurídica prévia conclusiva.

15.4.1. Nos casos de infrações relacionadas à apresentação de documentação falsa ou fraude, poderá ser exigida, como condição para reabilitação, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

15.5. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES: Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros:

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias do caso concreto;
- c) A existência de agravantes ou atenuantes;

Site: www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br – Fone: 55.99199.9431

E-mail: pmsaopedro@hotmail.com.br - CNPJ: 04.229.729/0001-95

Rua 13 de maio - S/N - Centro - CEP-98323-000 - São Pedro das Missões - RS





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

d) Os danos causados à Administração Pública;

16. DA CONTRATADA: A escolha da empresa **DANIEL & MORRETTO RASTREAMENTO VEICULAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 34.664.950/0001-32, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, se deu com base nos princípios da economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, eis que a escolha foi fundamentada a partir da análise criteriosa de mercado, observando-se aspectos como qualidade dos serviços a serem executados, em conformidade com as especificações técnicas exigidas, adequação ao valor de referência estabelecido. Além disso, verificou-se que a empresa atende integralmente às exigências legais e administrativas para contratação, apresentando documentação regular junto aos órgãos competentes, o que garante maior segurança jurídica à contratação. Dessa forma, considerando a necessidade dos serviços, bem como a regularidade e a competitividade da proposta apresentada pela empresa, justifica-se a escolha da empresa **DANIEL & MORRETTO RASTREAMENTO VEICULAR LTDA**, em consonância com os princípios da administração pública, em especial os da eficiência, economicidade e interesse público.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 50.315,20 (cinquenta mil, trezentos e quinze reais e vinte centavos)**, conforme abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde.	Valor
1	- Rastreamento com vídeo telemetria (kit com 2 câmeras)	Módulo/veículo	08	- R\$285,00 mensal por veículo. - Quantidade: 08 Veículos - Total Mensal: R\$ 2.280,00 - Total Anual: R\$ 27.360,00
2	- Rastreamento com identificação de condutor (QR Code / ID)	Módulo/veículo	14	- R\$54,90 mensal por veículo. - Quantidade: 14 Veículos - Total Mensal: R\$ 768,60 - Total Anual: R\$9.223,20
3	Rastreamento, gestão e logística veicular	Módulo/veículo	15	- R\$54,90 mensal por veículo. - Quantidade: 15 Veículos - Total Mensal: R\$ 823,50 - Total Anual: R\$ 9.882,00.
4	Instalação do Sistema de Rastreamento com Identificação de Condutor (QR Code / ID)	Srv.	14	R\$ 3.850,00 (14 instalações)
Valor mensal da contratação: R\$ 3.872,10				
Valor total da contratação: R\$ 50.315,20				



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

OBS: Os equipamentos necessários à execução dos serviços de rastreamento, gestão e logística de veículos, incluindo rastreadores, módulos de identificação de condutor e dispositivos de vídeo telemetria, serão fornecidos pela contratada em regime de comodato, sem ônus adicional para a Administração, permanecendo sob responsabilidade da contratada durante toda a vigência contratual, conforme condições estabelecidas na proposta comercial.

18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

08 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

08.01 – Secretaria de Obras

08.01.26.782.0008.2027 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07 – Secretaria da Indústria, Comércio e Agropecuária

07.01 – Secretaria da Agricultura

07.01.20.606.0007.2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Indústria, Comércio e Agropecuária

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

03 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

03.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

03.01.04.122.0003.2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

02 – Gabinete do Prefeito

02.01 – Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0003.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

05 – Secretaria Municipal de Saúde

05.01 – Fundo Municipal da Saúde

05.01.10.301.0006.2015 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde e das Unidades Básicas de Saúde

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

06 – Secretaria Municipal de Assistência Social

06.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social

06.01.08.244.0006.2018 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Site: www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br – Fone: 55.99199.9431

E-mail: pmsaopedro@hotmail.com.br - CNPJ: 04.229.729/0001-95

Rua 13 de maio - S/N - Centro - CEP-98323-000 - São Pedro das Missões - RS





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

09 – Secretaria Municipal de Arquitetura e Urbanismo

09.01 – Secretaria Municipal de Arquitetura e Urbanismo

09.01.04.122.0110.3001 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Arquitetura e Urbanismo

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

04 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 – Manutenção do Ensino com Recursos do MDE

04.01.12.361.0005.2005 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

São José das Missões/RS, em 05 de fevereiro de 2026.

Miguel Dos Santos Fumagalli E Silva
Sec. Administração Planejamento e Finanças

Breno Ribeiro da Silva
Sec. Adjunto de Administração Planejamento e Finanças